



1
2
3
4
5
6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7
8
9
10

ATAS DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ E
1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2010 DO CERHI-RJ

11
12

Aprovada na 33ª R.O. do CERHI-RJ no dia 28.07.10

13 Ao 26º dia de maio do ano de dois mil e dez, no auditório do INT – Instituto Nacional de Tecnologia, na
14 Avenida Venezuela nº 82, 4º andar, Saúde, RJ, com início às 13h00min, a 32ª Reunião Ordinária o
15 Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI, e, em seguida a 1ª Reunião Extraordinária de 2010,
16 contando com a presença dos Conselheiros: Luiz Firmino Martins (INEA), Rosa Maria Formiga Johnsson
17 (Secretaria Executiva do CERHI-RJ), Gláucia Freitas Sampaio (INEA), Eloísa E. Torres (SEA), Mônica
18 Miranda Falcão (INEA), Helga Restum Hissa (SEAPPA), Wilson Duarte de Araújo (Secretaria de Estado de
19 Saúde e Defesa Civil), Carlos da Costa e Silva (PGE), Artur Messias da Silveira (Prefeitura de Mesquita),
20 Douglas Paulich Junior (Prefeitura de Italva), Madalena Sofia de Oliveira (Prefeitura de Barra do Pirai),
21 Jackson Vogas de Aguiar (Prefeitura de Bom Jardim), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de
22 Itabapoana), Friedrich Herms (UERJ), José Alfredo Sertã (ABES-RJ), Donato José (LAGOA VIVA),
23 Humberto Albuquerque (ABAS), Décio Tubbs (Comitê Guandu), Denival da Costa (Comitê Médio Paraíba
24 do Sul), Mário Flávio Moreira (Comitê Lagos São João), Mauro Prioste (CBH Macaé), Elias Fernandes de
25 Souza (Comitê Baixo Paraíba), Viviane S. G. de Melo (Comitê Rio Dois Rios), Jaime Teixeira Azulay (Nova
26 CEDAE), Dante Luiz Luisotto (Águas de Niterói S/A), Cláudia Barros (Águas de Niterói S/A), Maria Luiza
27 Ferreira da Silva (SAAETRI), Luiz Eduardo São Thiago (FIRJAN), Miguel Nelson Lasalvia (FECOMÉRCIO),
28 Vicente Bastos ribeiro (Fazenda Soledade), Luiza Cristina Krau (FURNAS S/A), João Vieira (LIGHT ENERGIA
29 S/A), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA), Leopoldo Eugênio (FAERJ), Zenilson do Amaral Coutinho
30 (ASFLUCAN), João Gomes de Siqueira (Sindicato Rural de Campos), Débora Toci (DRM), Roberto Franco
31 Garcia (Prefeitura de Macaé), Carlos Viveiros (IBG), Jaime Bastos (Instituto IPANEMA), Claudia Dias da
32 Silva (UTE-NF), como convidados os senhores Gilberto de Souza Pereira (Instituto Terra), Fátima de
33 Lourdes Casarin (SEA), Elizabeth Machado (Comitê Guandu), Monica Acschad (CERHI), João Batista
34 (Ambiente Italva), Rachel Silva (SEA), Ana Maria Pacheco (SUPBG-INEA), Renata Jucá (Prefeitura de
35 Guapimirim), Guilherme Moreira (INEA), como convidada a Sra. Rosana Garjulli, e tendo como pauta: 1)
36 Aprovação da Minuta de RESOLUÇÃO CERHI/RJ nº 43, de 26 de maio de 2010, que aprova a aplicação de
37 recursos financeiros, arrecadados através da subconta do Comitê Guandu do Fundo Estadual de
38 Recursos Hídricos – FUNDRHI, a serem aplicados no projeto Produtores de Água e Floresta; 2)
39 Aprovação da Minuta de RESOLUÇÃO CERHI-RJ nº 44, de 26 de maio de 2010, que dispõe sobre os
40 limites de custeio administrativo das entidades delegatárias de funções de agência de água, e dá outras
41 providências; 3) Apresentação da minuta do Contrato de Gestão a ser firmado entre o INEA e a AGEVAP,
42 com a interveniência dos Comitês do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e do Baixo
43 Paraíba do Sul, para o exercício de funções de competência da Agência de Água nestas Bacias, e da
44 estrutura proposta de funcionamento; 4) Assuntos Gerais. A Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira
45 (Presidente do CERHI-RJ) iniciou a reunião falando da imensa perda, com o falecimento de um de seus
46 membros, do Sr. Rovani Dantas (MERO). Ela propôs, antes de dar início à pauta desta reunião, que todos
47 se levantassem e fizessem 1 (um) minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Rovani. Logo após, ela
48 sugeriu, em nome do Conselho, uma moção à família, em agradecimento e reconhecimento dos serviços
49 prestados. Por acordo dos presentes houve inversão na ordem da pauta das duas reuniões, porém todos
50 os itens foram analisados, conforme constatado nesta ata. Em seguida, deu-se início a pauta do dia,
51 onde a Sra. Gláucia Freitas Sampaio (GEAGUA/DIGAT/INEA) falou das atas que seriam aprovadas neste

52 dia. A mesma solicitou que a ata da 31ª Reunião Ordinária do CERHI-RJ, fosse retirada de pauta, tendo
53 em vista que existem algumas correções que não foram realizadas, e retornará na próxima reunião que
54 será no dia 30 de junho de 2010. Todos estavam de acordo. As alterações na ata de Posse (10 de março
55 de 2010) foram realizadas e a Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira (Presidente do CERHI-RJ) perguntou se
56 todos concordavam com as sugestões e alterações feitas, sendo aprovada por unanimidade. Item nº 1
57 da pauta: Aprovação da Minuta de RESOLUÇÃO CERHI/RJ nº 43, de 26 de maio de 2010. Esta resolução
58 define a aplicação de recursos financeiros, arrecadados através da subconta do Comitê Guandu do
59 Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI, no Projeto Produtores de Água e Floresta. O Sr.
60 Friedrich Herms (UERJ), coordenador da CT-IL, foi o relator deste assunto. Ele disse que chegou à CT-IL
61 uma solicitação através de uma resolução do Comitê Guandu que tinham vários aspectos: 1º) Foi uma
62 correção de uma Resolução do próprio Conselho Estadual, que o Comitê tinha deliberado aplicação de
63 R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e na Resolução do Conselho saiu R\$ 100.000,00 (cem mil reais); 2º) Foi
64 a questão de aplicação de recursos para os próximos anos. Então, solicitou alterar o artigo 1º: ratificar
65 aplicação de 40 mil reais de recursos provenientes do exercício de 2008 para a implementação do
66 projeto produtores de água; artigo 2º: retificar o anexo I da Resolução do CERHI-RJ nº 33, onde saiu os
67 R\$ 100.000,00 (cem mil reais), e passar para R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); e no artigo 3º: aprovar
68 aplicação de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o período de 2010 a 2014. A Sra. Rosa
69 Maria Formiga Johnsson falou que existe um processo para cada assunto deliberado nas Câmaras
70 Técnicas. Então, qualquer conselheiro, pode ter acesso aos detalhes do processo. A Sra. Luiza Cristina
71 Krau de Oliveira perguntou se alguém discordava de algo, e como não houve manifestação foi aprovada
72 por todos os membros presentes. Em seguida, a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson apresentou o
73 próximo item, que foi a minuta de Resolução CERHI-RJ nº 44, que dispõe sobre os limites de custeio
74 administrativo de entidades delegatárias de funções de agências de água. A Sra. Rosa Maria Formiga
75 Johnsson disse que foi discutido e aprovado por unanimidade no âmbito das Câmaras Técnicas a
76 proposta que o INEA encaminhou antes sobre a obrigação legal de que o limite de custeio para os
77 Comitês de bacia oriundos de recursos da cobrança pelo uso da água fosse definido pelo Conselho. E
78 como existe uma disparidade muito grande em termos de arrecadação no Estado, foi dito que cada caso
79 é um caso, então não se deve estabelecer um limite pré-fixado. Assim sendo, após leitura na íntegra
80 desta resolução e análise dos membros presentes, foi aprovada por unanimidade. Seguiu, então, o
81 terceiro item que a apresentação da minuta do Contrato de Gestão a ser firmado entre o INEA e a
82 AGEVAP, com a interveniência dos Comitês do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e
83 do Baixo Paraíba do Sul, para o exercício de funções de competência da Agência de Água nestas Bacias.
84 O Sr. Friedrich Herms (UERJ) disse que não caberia à CT-IL, e nem ao Conselho opinar sobre Contrato de
85 Gestão. Porém, dentro das funções do Conselho, inclui opinar sobre a questão de Recursos Hídricos, e
86 esse é um documento muito importante para a gestão de Recursos Hídricos dentro do Estado. Ele disse
87 que a câmara técnica recomendaria e encaminharia ao INEA, a deliberação sobre a quantidade de
88 recursos solicitada por cada Comitê a ser aplicado no contrato de gestão. Conforme previsto na lei nº
89 3239/99 e na lei nº 4247/03, e também no próprio decreto do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, que
90 para qualquer utilização de recursos depositado no Fundo Estadual de Recursos Hídricos tem que vir a
91 plenária do Conselho, e tem que sair uma resolução do Conselho sim. A Sra. Rosa Maria Formiga
92 Johnsson, que preparou todo o estudo, demonstrou a viabilidade e disponibilidade de recursos de cada
93 um dos Comitês, e encaminhou à câmara técnica, que analisou, e passou para a pauta da próxima
94 Reunião Extraordinária, as resoluções específicas e deliberação de recursos em cada um dos Comitês
95 que vão fazer parte desse contrato de gestão com o INEA e a AGEVAP. Cada Comitê fez resolução
96 específica com a indicação da AGEVAP como agência de bacia. O termo do Contrato será uma minuta
97 padrão, onde será adotado para todos os Comitês do Estado do Rio de Janeiro. A Sra. Rosa Maria
98 Formiga Johnsson disse que pode haver alguma outra questão que pode ser “arredondada” porque a
99 Procuradoria do INEA informou que teria que passar pela PGE, para análise final. Com a aprovação das
100 questões relacionadas às delegatárias do Lago São João e dos 4 (quatro) Comitês Fluminenses do
101 Paraíba do Sul, terão condições de avançar rapidamente a regulamentação das delegatárias. A Sra. Rosa
102 Maria Formiga Johnsson falou que acha melhor deixar a explicação da aprovação da deliberação
103 referente ao Paraíba do Sul, pois terão que falar um pouco das estruturas que estão sendo propostas,
104 até mesmo para justificar o valor do custeio. Foi falado, ainda, da prorrogação do mandato do Comitê
105 Baía de Guanabara, que foi solicitado pela carta CBGb nº 1 de 14 de maio de 2010, que teria que ser

106 aprovado por este plenário. Cláudia Barros comentou que foi solicitado ao Conselho Estadual
107 prorrogação do mandato provisório do Comitê Baía de Guanabara, e que o próprio regimento do
108 mandato permite isso. Então irão cumprir os 3 (três) meses, podendo prorrogar mais 3 (três) meses,
109 mas fez questão de explicar que o grupo não pretende chegar aos 6 (seis) meses, pois o objetivo é
110 concluir os trabalhos rapidamente e que esta prorrogação seria só uma precaução, caso necessitem de
111 mais tempo para finalizar os trabalhos. O Sr. Friedrich Herms (UERJ) disse que, apenas para
112 esclarecimento, a posse do Comitê da Baía de Guanabara e sua diretoria foi no dia 16.01.2010, então
113 mais 03 (meses) daria dia 16 de julho, e como não deve haver outra Reunião Ordinária do Conselho
114 Estadual de Recursos Hídricos até esta data, somente dia 28.07.2010. A Sra. Rosa Maria Formiga
115 Johnsson disse que poderá haver Reunião Extraordinária, e a Ordinária seria na última quarta-feira de
116 junho, mas, segundo, Sr. Friedrich Herms (UERJ) estaria descoberto, e para evitar esse problema o
117 Comitê Baía de Guanabara solicitou uma prorrogação. Pede então autorização do Conselho, previsto na
118 Resolução CERHI-RJ. O Sr. Friedrich Herms informou quais são os conselheiros representantes da
119 Diretoria Colegiada do Comitê Baía de Guanabara, conforme a seguir: Diretor Presidente, Sr. Carlos
120 Alberto Muniz (Vice-Prefeito do Rio de Janeiro); Vice-Diretor, Sr. Friedrich Herms (UERJ); Secretária
121 Executiva, Sra. Cláudia Barros (Águas de Niterói); e como Diretores Administrativos os Srs. Roberto
122 Terranova Barbério, Secretário de Meio Ambiente de Cachoeira de Macacu, José Carlos dos Santos
123 Perrout (RJ Refresco), e Guilherme Frederico Flach (CCRON). A prorrogação do prazo foi aprovada por
124 unanimidade. Assuntos gerais: A Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira convidou o Sr. Luiz Firmino Martins
125 Pereira (Presidente do INEA) que chegou a esta reunião, para se pronunciar. O Sr. Firmino disse que está
126 muito satisfeito por juntos conseguirem dar esse grande passo na construção das agências de águas das
127 delegatárias. Isso será uma grande transformação. Comentou com a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson
128 que a perfeição, nesse momento, pode ser inimiga de conseguirem realizar esse passo. Não há
129 paradigma para o que está sendo feito. Não tem a quem copiar. Então, tem-se que “pagar o preço do
130 pioneirismo”. Ele tem certeza que tudo está sendo feito com o maior zelo possível, e, se, caso necessite,
131 futuramente, corrigir algum detalhe, então será realizado imediatamente através de um aditivo, pois há
132 total transparência e não há burocracia. Disse que se tiver que levar para a PGE, como a Sra. Rosa Maria
133 Formiga Johnsson comentou, ele leva pessoalmente para garantir que entre e saia no mesmo dia, pois
134 não pode haver mais nenhum atraso deste processo aqui no Estado. Outro ponto importante que o
135 preocupou foi a questão dos Planos Diretores de Saneamento, que vai dar um passo grande no CEIVAP
136 com a assinatura, via AGEVAP, que, segundo a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson, na parte Fluminense
137 da Bacia, do CEIVAP, será realizada licitação por Região Hidrográfica até o limite de R\$ 1.500.000,00
138 (hum milhão e quinhentos mil reais). O Sr. Luiz Firmino continuou ressaltando a presença do Prefeito
139 Arthur Messias, representante da AEMERJ, que foi quem conduziu esse processo, na parceria da
140 AEMERJ, e a Eloísa E. Torres (SEA), que coordenou juntamente com a Sra. Rosa Maria Formiga que
141 também está trabalhando em parceria na parte dos orçamentos. Comentou que é mais um passo
142 fundamental para conseguir, quem sabe, chegar ao final do ano, ou início do ano de 2011, que é o ano
143 em que a Lei Federal nº 2.445 determina como prazo limite para bater os Planos Diretores Municipais.
144 Espera que consigam chegar a todas as cidades fluminenses com o seu Plano Diretor de Saneamento,
145 sendo assim o INEA dará exemplo ao país inteiro que tem como executar isso, e utilizando muito bem os
146 recursos oriundos da cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos, sendo gastos num ponto fundamental.
147 Sr. Firmino informou, ainda, que na semana anterior houve um evento, promovido pela Caixa
148 Econômica Federal, cujo título era “Os Cinco Bilhões de Reais que deixaram de ser usados”, que estão
149 parados, e não estão sendo usados em saneamento, portanto estão disponíveis. Isso é o primeiro
150 desafio, e pediu para que todos aproveitassem esse momento e, com o Contrato de Gestão, ou com
151 todas as possibilidades que estão se abrindo para a aplicação dos recursos, e transformando esses
152 planos em projetos básicos, pois só poderá acessar os recursos em Brasília quem tiver plano de
153 saneamento. Então, é preciso que cada Comitê, rapidamente, já discuta quais são as áreas prioritárias
154 para a aplicação dos recursos para que possamos executar esses projetos. Temos o privilégio do Sr.
155 Artur Messias da Silveira (PREFEITURA DE MESQUITA) ser um prefeito que frequenta o Conselho, que
156 está sempre participando da Política de Recursos Hídricos, mas o plano diretor é do município. Nos
157 Comitês, os Secretários de Meio Ambiente participam ativamente, e é preciso, junto com eles,
158 estabelecer uma parceria, até porque, em alguns casos as prefeituras são mais atuantes, e em outros
159 casos, menos, mas a prefeitura tem que se sentir responsável pelo plano. Falou que poderiam correr o

160 risco do Prefeito não aprovar, e por isso é necessário que fiquem atentos a esse detalhe importante
161 para terem êxito nesse processo. O Sr. Luiz Firmino precisou se ausentar, pois teve que participar de um
162 evento importante para as prefeituras no Palácio Guanabara, onde foi assinada com o BNDES uma linha
163 de crédito de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), onde uma parte deste recurso será destinada a
164 estruturação dos municípios e Secretarias de Meio Ambiente, com participação da SEPLAG. Porém ainda
165 permaneceu na reunião um pouco mais para tomar conhecimento do que foi proposto para o Comitê
166 Lago São João, e finalizou agradecendo a atenção de todos. Em seguida, a Sra. Luiza Cristina Krau de
167 Oliveira, Presidente do CERHI-RJ, deu por encerrada a primeira parte da reunião, que foi a 32ª Reunião
168 Ordinária, e iniciou, então, a 1ª Reunião Extraordinária de 2010. O primeiro assunto de pauta foi à
169 aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ nº 45/2010, que dispõe sobre questões relacionadas ao
170 contrato de gestão INEA-AGEVAP, com interveniência dos Comitês de Bacia do Médio Paraíba, Rio Dois
171 Rios, Piabanha, e Baixo Paraíba do Sul. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson, Secretária-Executiva do
172 CERHI-RJ, foi relatora deste assunto. Devido a urgência da saída do Presidente do INEA, Sr. Luiz Firmino
173 Pereira, o Sr. José Alfredo Sertã (ABES-RJ) sugeriu a inversão dos itens da pauta, e todos aprovaram.
174 Então, iniciou com a minuta de Resolução CERHI-RJ nº 46/2010, que dispõe sobre os limites de custeio
175 administrativo da entidade delegatária de agência de água do Comitê Lago São João. A Sra. Rosa Maria
176 Formiga Johnsson apresentou a proposta desta Resolução e disse que é uma Resolução padrão que foi
177 criada em relação às entidades delegatárias, sobre aprovação da indicação de uma entidade delegatária,
178 e em seguida, sobre os recursos que o Comitê está destinando para o custeio da delegatária e para
179 investimentos, ainda com um adicional que são os recursos oriundos da movimentação financeira, 50%
180 que o INEA deve aplicar nos contratos de gestão. Explicou, também, a minuta de Resolução CERHI-RJ nº
181 46/2010, onde foi lido que “Recursos oriundos da cobrança pelo uso da água destinada ao custeio de
182 entidades delegatárias, têm que ter uma resolução específica do Conselho”, e é essa a proposta da
183 resolução, faz referência à Resolução que aprovaram na Reunião Ordinária, e resolve que o custeio das
184 despesas de apoio técnico e administrativo da entidade delegatária da região Lago São João está
185 limitado ao valor de 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) por ano, de 2010 a 2015. Essa é a
186 proposta que o Comitê Lago São João aprovou em sua reunião. Então, atualmente, o Comitê tem uma
187 arrecadação em torno de R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais) até 2014, então, a
188 proposta é de destinar R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais. Ao final da explanação da
189 Secretária Executiva a Resolução 46 foi aprovada por unanimidade. Seguindo a pauta, a Sra. Rosa Maria
190 Formiga Johnsson iniciou a apresentação da minuta da Resolução CERHI-RJ nº 47/2010 relacionada ao
191 Contrato de Gestão, como ela mencionou anteriormente. A Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira fez uma
192 ressalva, comentando que os considerando são assuntos que o Comitê já aprovou. A Sra. Rosa Maria
193 Formiga Johnsson complementou dizendo que os considerando têm as bases legais e as Resoluções
194 específicas dos Comitês que se baseiam nesta proposta, e que já foram analisadas e aprovadas pelas
195 Câmaras Técnicas. Continuou dizendo que esta minuta de Resolução CERHI-RJ nº 47, resolve, em
196 primeiro lugar, aprovar a indicação do Consórcio Intermunicipal com entidades delegatárias nas funções
197 de Agência de Água, por um período de 5 (cinco) anos, a partir de 2010, conforme Resolução nº 33/2010
198 do referido Comitê. O artigo 2º, aprova a destinação de recursos do próprio Comitê, ou seja, recursos
199 oriundos da cobrança pelo uso da água para as seguintes atividades: Em primeiro lugar, ao custeio, a
200 operacionalização das entidades delegatárias, o valor total de R\$ 172.036,58 (cento e setenta e dois mil
201 e trinta e seis reais e cinqüenta e oito centavos). A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson disse que é um
202 valor menor do que o limite aprovado anteriormente. É uma decisão que será tomada anualmente. Em
203 2011, depois 1 (um) ano, pode ser que o Comitê decida diminuir ou aumentar esse valor. Então, o
204 período de aprovação é de 12 (doze) meses. O 2º inciso trata, então, da execução do plano de
205 investimento que o Comitê Lago São João aprovou na mesma reunião que ele rratificou o consórcio
206 com entidade delegatária. Existe no anexo desta Resolução, o detalhamento do valor para cada item
207 proposto. O Comitê Lago São João propôs utilizar cerca de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos
208 mil reais) para elaboração de planos municipais de saneamento e obras de saneamento regionais;
209 programa de monitoramento dos corpos hídricos; ações do programa de educação e mobilização social;
210 o programa de gestão ambiental em micro-bacias com bolsas, que é o Produtor de Água do Rio São
211 João; programa de comparecimento da pesca artesanal; programa de zoneamento de usos múltiplos; e
212 ordenamento e ampliação do concentrado, em termos de concentração geográfica. A Sra. Rosa Maria
213 Formiga Johnsson alertou que consta na segunda parte do anexo desta Resolução o valor de cada uma

214 das ações, e que é importante mostrar que foi criado um padrão para o anexo, e que é necessário
215 mostrar a receita, que existem recursos do Comitê disponíveis para serem utilizados. Então, o padrão é
216 que na primeira parte do anexo haja demonstrativo de receita, e no detalhamento da receita do
217 consórcio do Comitê em 2009, arrecadação da cobrança, onde é o valor líquido, e já está descontado os
218 10% do INEA, é o valor que está na subconta do Comitê. A arrecadação total, o quanto equivale os 70%
219 tarimbado do setor de saneamento e os recursos para as outras ações. Existem recursos da cobrança
220 que são constantes que tendem a aumentar, nem que seja de forma progressiva, ao longo do tempo;
221 existem recursos do parcelamento da dívida do setor do saneamento básico, que no caso do Lago São
222 João, ele é mais importante do que a própria arrecadação, na verdade é inversamente proporcional.
223 Quando o recurso do parcelamento estiver na região Lago São João, a cobrança alcançará um patamar
224 normal, vai aumentar para um mesmo valor. De qualquer maneira, o Comitê dispõe de um valor total,
225 que é a cobrança propriamente dita anual, mais o parcelamento da dívida. E o saldo acumulado faz
226 parte porque ele conta com mandato de gestão. Este saldo é até dezembro de 2009, e a previsão do
227 saldo acumulado é até fevereiro de 2010. O plano de aplicação é o detalhamento mencionado,
228 anteriormente, de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais) para custeio, e cerca de R\$
229 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) para investimento. Seguindo a minuta, o artigo 3º
230 trata, justamente, do montante oriundo dos 50% da compensação financeira que deve ser utilizado nos
231 Contratos de Gestão pelo INEA, que este ano deverá somar cerca de R\$ 3.000.000,00 (três milhões), ou
232 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), então, será
233 destinado à região hidrográfica Lago São João, para este Contrato de Gestão. Totalizando, então, R\$
234 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais) de recursos destinados para o custeio, e para
235 operacionalização das entidades delegatárias. Foi essa a proposta, então, do Comitê Lago São João que
236 foi discutida e aprovada no âmbito das Câmaras Técnicas. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson
237 perguntou se havia alguma dúvida, mas não houve manifestação alguma, e a Sra. Luiza Cristina Krau de
238 Oliveira, Presidente do CERHI-RJ, finalizou este item, que foi aprovado por unanimidade. Passou, então,
239 para a minuta da Resolução CERHI-RJ nº 45/2010, que dispõe sobre as questões relacionadas ao
240 Contrato de Gestão a ser celebrado entre o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a Associação Pró-
241 Gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, com interveniência dos Comitês
242 de Bacia das Regiões Hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do Rio Piabanha e do
243 Baixo Paraíba do Sul. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson também foi a relatora deste item de pauta, e
244 iniciou falando que é importante contextualizar esse processo. Os Comitês Fluminenses da Bacia do Rio
245 Paraíba do Sul aprovaram a indicação da AGEVAP como entidade delegatária, em uma minuta no
246 Contrato de Gestão em 16 de março. Depois disso, foi iniciada uma discussão das Câmaras Técnicas,
247 como relatadas pelo Coordenador, o Sr. Friedrich Herms (UERJ), e pela Presidente, uma discussão que
248 iniciou focada no conteúdo do Contrato de Gestão, quando, então, houve uma reflexão a respeito do
249 papel exato do Comitê nessa questão e, o que ficou definido é que de agora em diante, então, estarão
250 atentos às funções de Conselho de aprovar a indicação de entidades delegatárias, e da utilização de
251 recursos. Seja de recursos próprios do Comitê, ou recursos que o INEA, o gestor, como no caso dos 50%
252 dos recursos da movimentação financeira, então, essa discussão que hoje é no âmbito das Câmaras
253 Técnicas aperfeiçoou o Contrato de Gestão, que foi encaminhado a todos os Conselheiros, para ciência,
254 e esse Contrato de Gestão é importante dizer que é um instrumento que dará mais agilidade,
255 flexibilidade e, principalmente, mais segurança no processo de gestão. Como eles são instrumentos
256 frágeis que deixam descobertos tanto o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), quanto o outro lado.
257 Então, o Contrato de Gestão é interessante porque é mais robusto, mas também porque ele tem uma
258 lógica interessante, que não é a do lucro. O importante é que todo o recurso que vier a ser economizado
259 continue como um recurso disponível do Comitê, e isso, segundo a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson, é
260 uma segurança. Então, a delegatária, nesse Contrato de Gestão, foi inspirada na experiência pioneira da
261 Agência Nacional de Águas com a AGEVAP, e a indicação da AGEVAP tem um sentido, além de procurar
262 uma economia de escala para a bacia do Paraíba do Sul, tem a questão da integração da bacia, que
263 sempre foi discutida e buscada no âmbito da gestão do Paraíba do Sul, sendo que a bacia do Paraíba do
264 Sul é absolutamente vital para o Estado do Rio de Janeiro. É muito mais importante para o Rio de
265 Janeiro do que para os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Mesmo agora, para São Paulo com
266 problemas nas águas da cabeceira da bacia, mas de qualquer maneira, o Rio de Janeiro é o principal
267 interessado em ter uma gestão mais sistêmica e integrada na bacia do Paraíba do Sul. Daí, a indicação

268 do INEA para os Comitês e para o Conselho, que a AGEVAP seja experimentada como delegatária desses
269 4 (quatro) Comitês Estaduais. Nesse caso, é opção por um contrato único para os 4 (quatro) Comitês.
270 Cada Comitê terá uma estrutura executiva local, composta por 1 (um) técnico e 1 (um) administrativo, e
271 haverá um apoio centralizado na sede da AGEVAP em Resende, que é um apoio técnico e mais robusto,
272 contábil, de comunicação, e jurídico, que é extremamente importante. Além disso, ao longo da
273 negociação, foi percebido que a bacia do Baixo Paraíba do Sul é uma bacia muito grande, é a maior
274 Região Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro, e é uma bacia que tem um “centro de gravidade”
275 muito forte em torno de Campos dos Goytacazes. É importante colocar uma força mais presente no
276 noroeste da bacia, daí a idéia de fazer um escritório regional no município de Italva ou Itaperuna, e
277 existe uma negociação sobre isso, mas a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson acha que essa é uma decisão
278 que cabe ao Comitê, e não o Conselho. E a idéia é que essa estrutura seja, obviamente, uma extensão
279 do escritório técnico de Campos, que teria um técnico de nível superior no administrativo, e em Italva,
280 ou Itaperuna, 2 (dois) técnicos no administrativo. Comentou, ainda, que a idéia construída é que esse
281 escritório dê apoio, por enquanto, também, à bacia de Itabapoana, pois não podem esquecer-la, na parte
282 Fluminense, até que se resolva. Então, teremos que discutir como isso terá que ser feito. Talvez um
283 apoio oficioso, que não seja um escritório técnico, mas que quando houver necessidade poder buscar
284 apoio nesse escritório técnico em Italva ou Itaperuna. Então, finalizando esta apresentação, ela falou
285 que essa é uma proposta enxuta em termos de pessoal, mas que é um montante razoável, já que esta
286 estrutura precisa se comunicar, além de haver gastos razoáveis no transporte, pois tem que ter 1 (um)
287 carro em cada escritório local, e 1 (um) carro também na sede da AGEVAP. A idéia seria que quando os
288 escritórios regionais tiverem necessidade de algum apoio mais importante, que a sede vá até a região,
289 mas existe uma mobilidade já compreendida nesse valor proposto. Então, é importante que quem
290 quiser ver os detalhes basta consultar o processo que está todo documentado, em relação a todo o
291 processo de Contrato de Gestão no Paraíba do Sul, e o que foi proposto é muito parecido com o que foi
292 aprovado no Lago São João, na mesma reunião. A decisão é de fazer um Contrato de Gestão longo, de 5
293 (cinco) anos, porque ele pode ser interrompido a qualquer momento por ambas as partes, então faz
294 questão de realizar a revisão, e de dar flexibilidade tanto para a AGEVAP, quanto para o INEA, ou até
295 mesmo ao Comitê. Um aperfeiçoamento importante que aconteceu na Câmara Técnica foi de que se um
296 dos Comitês não quiser mais a AGEVAP como delegatária, e se isso não causar prejuízo aos demais, ele
297 terá que se adequar ao Contrato de Gestão, e para os demais continua igual. Continuou dizendo que no
298 artigo 2º, consta que é um recurso considerável que foi colocado 4 (quatro) partes: R\$ 2.045.000 (dois
299 milhões e quarenta e cinco mil reais) para o primeiro ano, no segundo ano esse valor cairá, pois no
300 primeiro ano tem imobiliário, equipamentos, e seleção de pessoal, significando, então, um custo mais
301 importante. Esse valor representa mais da metade dos 50% da compensação financeira, tendo uma
302 justificativa. As regiões hidrográficas da bacia do Paraíba do Sul têm uma arrecadação baixa, e a bacia do
303 Baixo Paraíba do Sul só arrecada mais do que Itabapoana, a arrecadação subiu de R\$ 53.000,00
304 (cinquenta e três mil reais) para R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais). Então, é justificável aportar
305 uma parte substancial desses recursos para o conjunto dessas regiões hidrográficas. No artigo 3º rege
306 sobre as decisões de cada Comitê, o que irão aportar para este Contrato de Gestão no primeiro ano.
307 Então, cada Comitê irá aportar R\$ 36.140,00 (trinta e seis mil cento e quarenta reais) para mobiliar
308 equipamento, e um apoio de diária de transporte decisório regional, totalizando R\$ 144.000,00 (cento e
309 quarenta e quatro mil reais), e também, foi colocada uma meta, como indicador importante do Contrato
310 de Gestão, a divulgação das ações no Comitê, e divulgação da ativação da bacia. E comunicação foi um
311 item que a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson insistiu que estivesse presente no primeiro Contrato de
312 Gestão, porque é preciso construir um *site* amigável, atualizado e, no mínimo um boletim e mais alguma
313 outra ação do Comitê. Com isso, cada Comitê destinou R\$ 73.650,00 (setenta e três mil seiscentos e
314 cinquenta reais) para estas atividades de comunicação, que constitui investimento, mas é um indicador
315 do Contrato de Gestão. E, obviamente, outros Comitês, a qualquer momento, poderão alocar os seus
316 recursos, e, então, aditivos serão feitos para poder repassar os recursos para a delegatária, e executar as
317 ações definidas pelo Comitê. Em seguida, perguntou se alguém gostaria de tirar alguma dúvida ou
318 sugestão, mas não houve manifestação. Comentou, também, que é um modelo enxuto, dessa forma,
319 envia à delegatária outros recursos do INEA que serão destinados ao Contrato de Gestão, outros
320 recursos do Comitê, separando custeio e investimento, e no outro anexo, demonstrativo das receitas do
321 Comitê e da aplicação dos recursos em relação ao Contrato de Gestão específico. A presidente do

322 CERHI-RJ pediu que a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson repetisse quais são os indicadores desses
323 Contratos de Gestão, que serão avaliados de duas formas: a financeira, que tem que ser muito bem
324 analisada, e parte a técnica, que em relação ao Contrato de Gestão, é a que se alinha aos indicadores de
325 metas. E há indicadores claramente definidos, e são eles que irão ser avaliados no final de um ano de
326 funcionamento. Após as explicações detalhadas do Contrato de Gestão e suas planilhas apresentadas
327 pela Secretária Executiva do CERHI-RJ, e diante de algumas ressalvas de posterior correção dos valores
328 nas planilhas dos quatros Comitês, esta minuta de Resolução CERHI-RJ foi aprovada por unanimidade. O
329 próximo item da pauta foi a Resolução CERHI-RJ nº 48/2010. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson
330 explanou sobre a minuta de Resolução CERHI-RJ nº 48/2010, que dispõe sobre a aplicação de Recursos
331 das Subcontas das Regiões Hidrográficas I (Baía de Ilha Grande) e X (Itabapoana) do Fundo Estadual de
332 Recursos Hídricos – FUNDRHI. Explicou, ainda, que estes Comitês foram criados este ano, e que existe
333 uma demanda importante por parte dos municípios para os seus planos municipais de saneamento
334 básico. E mediante as demandas dos municípios de Paraty, Angra dos Reis e Bom Jesus do Itabapoana, e
335 diante da disponibilidade desses recursos, o INEA entende que é perfeitamente possível que este
336 Conselho delibere a aprovação destes recursos para financiar parte dos planos municipais de
337 saneamento básico. Obviamente, os recursos disponíveis não são suficientes para elaborar este plano,
338 mas poderão ajudar. Falou que é necessário iniciar a utilização desses recursos, porque é um dinheiro
339 que está se avolumando na conta, e se não for usado, em algum momento alguém pode tomar a
340 decisão de que esse dinheiro não é necessário e cortar. Em seguida, apresentou o anexo da minuta de
341 Resolução nº 48/2010, informando que no item 1, Recursos Financeiros da Subconta da RH 1 – Baía da
342 Ilha Grande, apresenta um recurso acumulado de R\$ 771.304,05 (setecentos e setenta e um mil
343 trezentos e quatro reais e cinco centavos) em 2009, mas em fevereiro de 2010 R\$ 824.494,64
344 (oitocentos e vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos),
345 com uma arrecadação prevista de R\$ 159.661,50 (cento e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta e
346 um reais e cinquenta centavos) para 2010. E em Itabapoana, item 2 – Recursos Financeiros da Subconta
347 da RH X, tem um saldo acumulado de R\$ 183.580,85 (cento e oitenta e três mil quinhentos e oitenta
348 reais e oitenta e cinco centavos) em dezembro de 2009, e R\$ 194.229,14 (cento e noventa e quatro mil
349 duzentos e vinte e nove reais e quatorze centavos) em fevereiro de 2010. Então, a proposta foi que
350 fosse destinado cerca de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) para Bom Jesus de Itabapoana, que
351 único município totalmente inserido em Itabapoana, e como os demais municípios da bacia de
352 Itabapoana já foram contemplados no âmbito da proposta AEMERJ, Secretaria do Estado do Ambiente e
353 INEA para a CEIVAP, e 53 (cinquenta e três) municípios da bacia que terão um financiamento parcial do
354 CEIVAP complementado pelo FECAM (Fundo de Conservação Ambiental). Então, falta apenas Bom Jesus
355 de Itabapoana nesta região, e a proposta é que já foram destinados R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil
356 reais) para Bom Jesus de Itabapoana, e aproximadamente R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para
357 Angra dos Reis, e R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para Paraty, mesmo tendo uma população
358 menor do que a de Angra dos Reis, todos chegaram à conclusão que o ideal seria destinar o mesmo
359 montante para cada município para não haver conflitos. Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson finalizou esta
360 apresentação comunicando que antes desta proposta de Resolução CERHI-RJ nº 48 entrar na pauta
361 desta reunião, o INEA encaminhou para as Câmaras Técnicas do CERHI-RJ, onde foi analisada e aprovada
362 para, posteriormente, ser submetida à aprovação dos membros do Conselho Estadual de Recursos
363 Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, em reunião Plenária. A Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira,
364 Presidente do CERHI-RJ, perguntou se todos estavam de acordo, e como não houve nenhuma
365 manifestação, a Resolução foi aprovada por unanimidade. E com isso toda a pauta foi finalizada às
366 15:30h, e passou para assuntos gerais. Então, a Presidente do CERHI-RJ sugeriu que desse continuidade
367 a criação de um grupo de trabalho, que foi sugerido em reunião da gestão passada do CERHI-RJ, e ela
368 era a Coordenadora, onde iria tratar da definição do que é sociedade civil e usuário no âmbito do
369 Sistema de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, pois algumas entidades são consideradas sociedade
370 civil, e em outros momentos são consideradas usuários. Precisa ser definido antes mesmo da revisão do
371 Regimento Interno do CERHI-RJ, pois dependendo da definição irá alterar a composição. Quem é
372 usuário? É só quem paga outorga? E os usuários que não pagam outorga, como ficam? Então, definiu
373 junto aos membros presentes quem iria participar deste grupo, conforme a seguir: Sr. João Vieira (Light
374 Energia S/A), como Coordenador, e Sr. José Alfredo Sertã (ABES-RJ), Sra. Maria Aparecida (ENERGISA),
375 Dora Negreiros (IBG), Sr. Friedrich Herms (UERJ), Ninon Machado (Instituto Ipanema), Donato José

376 Velloso (Lagoa Viva), Sra. Ana Maria Pacheco (SUPBG-INEA), Sra. Gláucia Freitas Sampaio
377 (GEAGUA/DIGAT/INEA), como componentes do grupo, e a Sra. Rosana Garjulli, como convidada, pois
378 será contratada pelo INEA para atuar no apoio no manual de procedimentos de gestão do Conselho e
379 nos Comitês de bacia, e tendo em vista sua grande experiência em gestão participativa do Brasil, e
380 poderá contribuir bastante com uma visão mais abrangente de como se entende “Sociedade Civil” e
381 “Usuário” Brasil afora. Segundo Rosa Maria Formiga Johnsson, “Usuário” teria que ser entendido numa
382 concepção ampla, e não se pode restringir somente à outorga. Após estas definições o Regimento
383 Interno do CERHI-RJ precisará ser discutido e analisado para que, posteriormente, sofra alterações. Em
384 seguida, ficou combinado que na próxima reunião do CERHI-RJ a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson irá
385 fazer uma apresentação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, tendo em vista a necessidade de
386 acompanhar o desenvolvimento deste assunto. Além disso, gostaria de explanar também sobre o
387 processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, que já foi iniciado com a participação
388 intensa do Fórum Nacional de Órgãos Gestores, do qual ela faz parte, houve uma mobilização e
389 posicionamento dos Estados em relação a isto. Influenciando na metodologia, modificando neste
390 processo de revisão, e haverá uma série de audiências públicas, inclusive uma no Rio de Janeiro no final
391 do mês de agosto, e até lá é necessário que este assunto seja discutido no âmbito do Conselho. Então,
392 será colocado na pauta da próxima Reunião Ordinária do CERHI-RJ, 33ª, que será realizada dia
393 28.07.2010, para definir o posicionamento do Estado do Rio de Janeiro. Seguindo em assuntos gerais, a
394 Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira falou que foi convidada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro
395 para fazer uma apresentação, no dia 11.06.2010, sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do
396 Estado do Rio de Janeiro – CERHI-RJ, explanando sobre suas atividades e deliberações. Um dos temas da
397 reunião seria o risco de desabastecimento na cidade do Rio de Janeiro, porém isso nunca foi discutido
398 em nenhuma reunião do CERHI-RJ, então sugere que seja discutido em algum momento. E fechando
399 esta questão, a Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira definiu que irá fazer uma apresentação baseada no
400 Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, informando a posição das leis, resoluções
401 CERHI-RJ, incluindo as leis das delegatárias, as de cobrança pelo uso da água, e, também, falar sobre a
402 instituição dos Comitês. E sugeriu que, posteriormente, o Comitê Guandu e o Comitê Baía de Guanabara
403 se reúnam para discutir o abastecimento de água do Rio de Janeiro. Outro assunto, que ela propôs, após
404 conversar com o Sr. José Sertã (ABES RIO) e com o Sr. Friedrich Herms (UERJ), foi a respeito da
405 transposição do Paraíba do Sul para São Paulo, que afetaria a transposição do rio Paraíba do Sul para o
406 Guandu. Sugeriu discutir sobre as ações do INEA, no âmbito do CERHI-RJ, junto ao governo de São Paulo,
407 e analisar os riscos, verificando a importância de fazer uma moção a quem estiver desenvolvendo esse
408 projeto, incluindo problemas que poderia acarretar ao Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, mais
409 algumas questões foram levantadas para futuras discussões, como: cobrança de PCH (Pequenas Centrais
410 Hidrelétricas); alteração de Decreto que modifica os nomes dos Comitês; modificação de percentuais de
411 compensação de hidrelétrica através de uma moção; águas subterrâneas para passar do nível Estadual
412 para o nível Federal; recomposição de valores que foi retirado dos Comitês sem autorização. Em
413 seguida, foi criado um grupo formado pelos Srs. Friedrich Herms (UERJ), João Vieira (LIGHT ENERGIA
414 S/A), Maria Aparecida que redigirá uma proposta de redação de moção referente à compensação de
415 hidrelétrica, que enviarão por e-mail para a secretaria executiva do CERHI para que seja colocada na
416 formatação correta, e também assinado pela Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira, e, então, possa ser
417 enviada para ao Congresso, com cópia para todas as instâncias, ao Conselho Nacional de Recursos
418 Hídricos. A Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson já tem até um estudo sobre este assunto, e pode
419 disponibilizar para todos os membros, mas acha prudente conhecer o estudo e se posicionar de uma
420 forma que não pode ser contra o Estado. Sugeriu que seja feita uma proposta e que o Conselho peça um
421 assento, ou uma participação, nas reuniões do grupo referentes à metrópole paulista, e, ainda, solicitar
422 o jogo dos estudos disponíveis para o Conselho. Informou, também, que houve uma reunião com o
423 primeiro relatório, e que não foi conclusivo, aliás, segundo a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson, foi
424 muito superficial. E o segundo relatório que se aprofundaria nas diferentes opções, e já com uma análise
425 mais aprofundada de cada opção, deveria ter sido liberado desde fevereiro de 2009, mas até a presente
426 data não foi disponibilizado. Após estas questões a Sra. Luiza Cristina Krau de Oliveira (Presidente do
427 CERHI-RJ) passou a palavra para a Sra. Fátima Casarin (Assessora da SEA) que comunicou que acontecerá
428 no dia 27.05.2010 a primeira reunião do Fórum Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, na
429 Avenida Venezuela nº 82, auditório do 4º andar, onde irá trabalhar duas propostas no Projeto de Lei,

430 que é um assunto que já teve discussão em seminário organizado pela EMBRAPA com participação do
431 INEA e da Secretaria da Agricultura, e que criou dois grupos de trabalho, sendo um Institucional Legal e
432 outro de Critério e Metodologias. A primeira proposta foi da Sra. Marilene Ramos (Secretária do
433 Ambiente) onde seria inserido todo o contexto dentro da Lei nº 3.239, especificamente no âmbito do
434 PROHIDRO, artigo 11, aproveitaria toda a estrutura e inserindo a proposta, e sem criar outra instancia
435 paralela. Seria uma alteração através de um Decreto. Porém, como nesta reunião a Secretaria de Estado
436 estará apresentando pela primeira vez a proposta para o Fórum, não se sabe o resultado disso, se vai ser
437 aceita ou não. Mas se essa inserção for aprovada, será necessário colocar na pauta da próxima reunião
438 da Câmara Técnica do CERHI-RJ, para que possam avaliar no âmbito do Conselho, e dar andamento na
439 proposta. Finalizou comunicando que o Fórum será aberto, e que todos estão convidados a participar.
440 Em seguida, foi apresentado pela Presidente do CERHI-RJ o calendário anual de reuniões do CERHI-RJ e
441 suas Câmaras Técnicas. O único assunto que ficou pendente nesta reunião, tendo em vista o avançado
442 da hora, foi a questão dos indicadores dos Contratos de Gestão, que são cinco conjuntos, sendo dois
443 deles dependentes de recursos adicionais do Comitê para delegatária, especificamente em relação à
444 cobrança pelo uso da água ou outras demandas específicas, mas três conjuntos de indicadores
445 permanecem independentes dos recursos adicionais a serem repassados para o Comitê, porém ficou
446 previsto para ser apresentado, pela Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson (Secretária Executiva do CERHI-
447 RJ), em Reunião Extraordinária sugerida para o dia 30.06.2010, ou, então, na próxima Reunião Ordinária
448 agendada para o dia 28.07.2010. E acredita que até a próxima reunião a questão das delegatárias do
449 Guandu já tenha sido acertada entre o Comitê, a GEIVAP e o INEA para ser encaminhada para a Câmara
450 Técnica do CERHI-RJ, e, posteriormente, ao Plenário. Informou, também, que os Contratos de Gestão
451 serão assinados no início de julho de 2010. Em seguida, a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson informou
452 que há grande quantidade de e-mails retornando, e pediu, encarecidamente, enquanto Secretária
453 Executiva do CERHI-RJ, que informassem quando da mudança de e-mail. E, por último, fez um
454 agradecimento especial ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT por, gentilmente, disponibilizar suas
455 instalações. E, ainda, parabenizou o Conselho, pois esta reunião muito boa, senda dado um passo
456 importante em relação às delegatárias. Sendo assim, a Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson declarou
457 encerrada a 32ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como a 1ª Reunião
458 Extraordinária de 2010, às 17h10min.

459

460

461



Luiza Cristina Krau de Oliveira
Presidente CERHI-RJ



Rosa Maria Formiga Johnsson
Secretária Executiva CERHI-RJ

462
